

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Editora Vieira, 2003. 141 p.

DALVA MARIA BORGES DE LIMA DIAS DE SOUZA*

Coronelismo em Goiás, livro de Francisco Itami Campos, publicado pela primeira vez em 1983 e reimpresso em 1987 e há muito esgotado, foi reeditado recentemente. Livro pequeno, enxuto, revela a conformação política do estado de Goiás na Primeira República. É resultado de uma pesquisa intensa e rigorosa que Campos empreendeu para a sua dissertação de mestrado defendida na UFMG em 1975.

A orientação do livro vem da teoria sociológica da modernização e da sua extensão à ciência política, a teoria do desenvolvimento político. Concepções ainda prestigiosas no Brasil, à época em que Campos escrevia o seu livro, essas teorias foram posteriormente criticadas por seu evolucionismo e europeicentrismo e então abandonadas. Hoje, entretanto, com o processo de globalização e com o enfraquecimento da alternativa socialista, ocorre uma recuperação dessas teorias em novas bases. As idéias da difusão mundial dos padrões e valores ocidentais do liberalismo e da democracia que o processo de globalização exige e mesmo o dualismo tradicional-moderno estão novamente presentes na análise sociológica.¹

Na interpretação de Francisco Itami Campos, Goiás é estado periférico, ao lado de vários outros que compõem o arranjo oligárquico da República Velha, no pólo oposto de estados

hegemônicos como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por meio de uma minuciosa investigação, o autor caracteriza essa situação de periferia: economia baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência; população escassa e dispersa em um imenso território; situação de isolamento, resultado das comunicações precárias, já que não há estradas para o escoamento da produção. O gado, único produto de exportação para outros estados, pois se autotransporta, faz de Goiás um campo de cria para Minas Gerais e São Paulo. Caracterizada a configuração socioeconômica, Campos vai então deslindar o arranjo político que garante a dominação oligárquica tradicional, sedimentada por interesses baseados em um único produto de exportação e monopolizada pelos fazendeiros-pecuaristas, os coronéis. Como não há diferenciação econômica, não há interesses divergentes que pudessem contestar o seu poder. Restam as disputas intra-elites que se configuram, por vezes, intraparentelas.

A estrutura federativa da República Velha, na qual os estados ganham autonomia, permite a Goiás gozar um tipo particular de autonomia, por indiferença, identificada pelo autor no desdém do poder central pelos conflitos intra-oligárquicos ocorridos no estado ao longo do período. As chamadas "salvações" – intervenções feitas nos estados para garantir a estabilidade e assim recompor o equilíbrio político necessário à hegemonia paulista-mineira – eram o braço armado do poder central. Ocorriam quando falhavam os mecanismos rotineiros do processo político da República Velha, bem descritos por Edgar Carone e Victor Nunes Leal: violência

* Doutora em Sociologia pela UnB e professora do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia da UFG.

1. Cf. ALEXANDER, Jeffrey C. Modern, anti, post and neo. To give it its full subtitle: "How intellectuals have coded, narrated and explained the 'New World of our Time'". In: *New Left Review* 210, march/april, 1995.

política, fraude eleitoral, eleição a bico de pena, verificação de poderes, degola. Campos demonstra que Goiás, mesmo quando ocorrem no estado conflitos internos, não recebe a atenção do governo central e as intervenções, ainda que solicitadas por uma das partes em contenda, não se efetivam. O poder central deixa que os problemas sejam resolvidos por aqui mesmo. Essa autonomia por indiferença outorga uma parcela de poder local maior aos fazendeiros pecuaristas que, por meio das três oligarquias formadas ao longo da Primeira República, dominam o estado: Bulhões, Xavier de Almeida e Caiado. Esta última, a mais poderosa e que estruturou o seu domínio, não pela prepotência e mando pessoal direto do seu chefe, como foi característica dos coronéis baianos, cearenses e alagoanos, mas pela engenharia política, cujas peças eram um partido forte, único até, o Partido Democrata que, por meio da sua comissão executiva, garantia o recrutamento político entre os coronéis do interior, especialmente de Morrinhos, Porto Nacional e da Capital, fiéis ao chefe “Totó” Caiado, garantindo sua dominação oligárquica de 1912 a 1930.

Além da predominância do poder executivo sobre um legislativo subordinado, da forte estrutura da comissão executiva do Partido Democrata, outros fatores contribuem para a manutenção do poder dos coronéis. A manipulação do orçamento do estado e, principalmente, como sustenta o autor, a manutenção do atraso como forma de dominação. Ao não favorecer investimentos em políticas públicas que permitissem a superação do atraso, os oligarcas Bulhões e Caiado não se preocuparam em superar o isolamento, recusando-se a lutar pela extensão da estrada de ferro no território goiano. E, quando houve, nos governos comandados por Xavier de Almeida, uma tentativa de racionalizar a administração pública, arrecadando mais impostos – que eram gerados pela pecuária –, as oligarquias Bulhões e Caiado, então afastadas, unem-se em 1909, armam cerca de mil homens, invadem a capital e destituem o governo. Estabelece-se, a partir daí, o domínio caiadista, que prevalece até 1930, e consolidam-se os interesses dos pecuaristas.

A pesquisa empírica cuidadosa realizada pelo autor permite que a sua interpretação de

Goiás na Primeira República permaneça, a despeito das críticas que lhe foram feitas por outros pesquisadores. Uma delas contesta a idéia de atraso. Chaul² considera que, ao utilizar a categoria do atraso, Campos se deixou influenciar pela leitura feita sobre Goiás pelos viajantes do século XVIII que, a partir do esgotamento do ouro e da ruralização da economia, descreveram a decadência de Goiás. Campos se defende dessa crítica na apresentação desta nova edição, refutando que a categoria que utiliza, atraso, é diferente de decadência. Mas uma questão permanece. O atraso é por ele constatado de maneira objetiva, a partir de dados socioeconômicos. E da forma como o autor constrói a sua argumentação, a manutenção do atraso é uma ação estratégica dos coronéis:

A partir das críticas feitas aos principais líderes da política estadual que conscientemente procuravam manter o atraso e o subdesenvolvimento, com a finalidade de não perder o domínio político de Goiás, é que afirmo que o atraso era uma forma de controle sociopolítico. (Campos, 2003, p. 75)

A análise seria mais convincente se o autor tivesse também, sem deixar de lado a caracterização socioeconômica, percorrido um outro caminho, o da sociologia dos costumes ou da história das mentalidades. Outra crítica feita ao livro é a de Skorupski,³ que contesta a idéia de autonomia por indiferença, mostrando que o poder central interferiu por diversas vezes em Goiás durante a Primeira República. Campos, em resposta, prende-se à distinção entre interferência e intervenção armada, reafirmando que esta última nunca teria ocorrido em Goiás.

Essas críticas têm a vantagem de deixar aberta a fronteira para novos estudos sobre o tema e a de estimular cada vez mais a pesquisa sobre a política goiana e essa é a característica de boas obras como *Coronelismo em Goiás*.

2. CHAUL, Nars Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

3. SKORUPSKI, Maria Aparecida Guimarães. A institucionalização do poder. Goiás na perspectiva do estado nacional. 1992. Dissertação (Mestrado) – São Paulo.